ANTROPOLOGIA E POLÍTICA NOS ESTUDOS DE CARÁTER NACIONAL[1]

FEDERICO NEIBURG E MARCIO GOLDMAN
Museu Nacional, UFRJ

> O demônio não precisa de existir para haver — a gente sabendo que ele não existe, aí é que ele toma conta de tudo.
>
> Guimarães Rosa

O ataque efetuado em dezembro de 1941 pelas forças armadas japonesas à base militar de Pearl Harbor é bem conhecido por ter desencadeado a intervenção norte-americana na II Guerra Mundial. Menos conhecido é o fato de que esta guerra entre estados nacionais serviu de cenário para o primeiro capítulo da história da antropologia no qual as nações foram transformadas explicitamente em objeto de análise: ao mesmo tempo em que os Estados Unidos entravam na guerra, a chamada escola norte-americana de cultura e personalidade inaugurava os estudos de "caráter nacional".

O objetivo deste artigo é analisar algumas dimensões desse capítulo da história da antropologia que se desenrolou nos Estados Unidos no quadro da chamada escola de cultura e personalidade no período que vai, aproximadamente, do começo da II Guerra Mundial até o início da Guerra Fria. Ao contrário

1 Gostaríamos de agradecer a Mariza Peirano, Enrique Larreta Rodriguez e Eduardo Viveiros de Castro que, em diferentes momentos e de distintas formas, contribuíram para a elaboração deste artigo. Este artigo é republicado com permissão da American Anthropological Association e de *Cultural Anthropology* 13(1): 56-81, fevereiro de 1998.

das representações correntes sobre os estudos de caráter nacional — limitadas à denúncia de sua "pobreza" teórica ou do seu sentido "ideológico" —, pensamos que o exame das condições nas quais foram formulados, assim como do conteúdo de suas propostas teóricas e metodológicas, pode servir como uma contribuição para alguns importantes debates antropológicos contemporâneos: a tematização das nações e das relações internacionais como objeto da antropologia; a discussão das possibilidades e limites do conhecimento antropológico de nossa própria sociedade; o debate em torno do lugar da história do pensamento antropológico nos quadros atuais da disciplina.

Três ordens de razões fazem com que tais estudos constituam um *locus* privilegiado para desenvolver essa contribuição. Em primeiro lugar, porque, ao analisar o "caráter nacional", os antropólogos discutiram, pela primeira vez de forma explícita, a possibilidade de transformar as "nações" em objeto de estudo. Em segundo, porque, ao fazê-lo, foi preciso refletir acerca dos "ajustes metodológicos" necessários para a abordagem antropológica dessas formas sociais de grande escala que, além disso, são aquelas que deram origem à própria antropologia. Finalmente, porque é nossa intenção demonstrar que é possível reconhecer nesses estudos a formulação de problemas teóricos cuja origem tendemos a atribuir, por vezes apressadamente, a propriedades de objetos empíricos supostamente novos — como os implicados nos processos de *desnacionalização*, *localização [localizing]* e *transnacionalização* da vida social.

Uma antropologia aplicada às relações inter-nacionais

A intervenção norte-americana na II Guerra Mundial foi, na verdade, a segunda participação dos Estados Unidos em um conflito bélico cujos atores principais eram os estados nacionais europeus. A primeira, quando em abril de 1917 foi declarada guerra contra a Alemanha e seus aliados, fora marcada por diferentes reações da parte dos intelectuais americanos, muitos dos quais se opuseram à entrada no conflito defendendo posições neutralistas. No campo da antropologia, os desacordos chegaram a seu ponto culminante quando, já depois da guerra, na reunião anual de 1919, um voto de censura afastou Franz Boas da presidência da *American Anthropological Association*. Apesar de utilizar como motivação explícita uma denúncia

pública sobre a participação de antropólogos em agências federais de inteligência e espionagem, na realidade, a *AAA* também censurava Boas por suas posições pacifistas contrárias à intervenção americana na I Guerra Mundial. Como observou Stocking, o clima de patriotismo exacerbado posterior a 1918 não podia ser tolerante com as idéias pacifistas formuladas por um autor visto por alguns como um suspeito imigrante alemão de origem judaica (Stocking 1976: 1-3).

Ao contrário, a intervenção americana na II Guerra Mundial, encarada como resposta à barbárie nazista na Europa, parece ter suscitado não só unanimidade entre os intelectuais como também ter exigido um ativo engajamento, promovido em boa medida por um grupo de antropólogos integrado, significativamente, por vários dos ex-alunos de Boas que ocupavam algumas das mais importantes posições nas instituições universitárias e nas agências de financiamento da época. Esse grupo incluía, entre outros, Margaret Mead, que, em 1939, ao lado de Gregory Bateson e Geoffrey Gorer, participou da primeira iniciativa de pôr a antropologia a serviço do esforço de guerra, fundando o *Committee for National Morale,* com o objetivo de produzir uma reflexão sobre a cultura nacional que permitisse recomendar formas de manter elevado o moral americano diante do conflito. Após Pearl Harbor, os integrantes do *Committee* passaram a trabalhar diretamente ligados ao *Office of War Information,* vinculado à Marinha norte-americana. A eles se somaram, entre outros antropólogos, Ruth Benedict, Clyde Kluckhohn, Ralph Linton, George P. Murdock e Rhoda Métraux. Se, até então, a atenção do *Committee* se orientara principalmente para o interior dos Estados Unidos e para a cultura americana, doravante o objetivo passava a ser também contribuir para a melhor compreensão das nações aliadas e, especialmente, das inimigas[2]. É preciso observar, contudo, que esse trabalho não se destinava somente aos arquivos dos órgãos de inteligência das forças armadas, nem se restringia a fornecer argumentos para o desenho da política

---

2 Outras importantes iniciativas de participação no "esforço de guerra" foram a atividade de vários antropólogos no *National Research Committee on Food Habits,* organizado pelo *National Research Council* — com a intenção de preparar a população americana para as transformações dos hábitos alimentares exigidas pela guerra — e na *War Relocation Authority,* dedicado à gestão e controle dos campos de realocação nos quais, depois de Pearl Harbor, foram internados aproximadamente 100.000 *Japanese Americans* no território norte-americano (Stocking 1976; Partridge e Eddy 1978: 28-32; Suzuki 1981; Yans-McLaughlin 1986; Starn 1986).

exterior norte-americana. O resultado das investigações foi também considerado segundo critérios acadêmicos, apresentado em congressos, publicado como artigos em revistas especializadas, transformado em livros que pretendiam estabelecer um novo objeto para a antropologia: o "caráter nacional".

Primeiro, a América e os norte-americanos, o Japão e os japoneses, a Alemanha e os alemães, a Grã Bretanha e os britânicos; pouco depois, a Rússia e os russos, ou a Polônia e os poloneses, passaram a ser considerados como universos culturais suscetíveis de análise a partir de categorias semelhantes àquelas utilizadas no estudo dos mundos culturais das chamadas sociedades simples, às quais, até então, a maior parte dos antropólogos havia restringido sua atenção. O contexto de guerra e o conflito entre nações exigia, não obstante, uma "adaptação" metodológica: os "estudos de cultura à distância". O antropólogo, impedido de cumprir a tradicional rotina do longo período de observação participante no campo, devia agora entrevistar imigrantes, analisar produtos artísticos como romances e filmes elaborados em outros países, ou examinar materiais veiculados nos meios de comunicação, com a intenção de aceder a esses universos culturais sempre acompanhados pelo adjetivo *nacional*. As fronteiras entre países foram traduzidas em termos culturais e as fronteiras culturais definidas em termos nacionais, delineando, assim, os limites das novas unidades de análise.

O fim da II Guerra proporcionou o que seria considerado a maior prova da eficácia desta antropologia. Ao contrário da política aplicada pelos Aliados na Alemanha — que implicou na divisão do país e na eliminação de qualquer forma de autoridade anterior à guerra —, após a rendição do Japão, o governo norte-americano decidiu manter em seu posto o imperador japonês, tal como havia recomendado em 1942 ao *Office of War Information* um memorando assinado por Geoffrey Gorer. Sem ter acesso aos documentos do governo norte-americano, é evidentemente impossível avaliar o peso real deste memorando na decisão norte-americana que viria a dar estabilidade ao Japão do pós-guerra, garantindo que, apesar de Hiroshima e Nagasaki, um novo equilíbrio entre estes estados nacionais pudesse vir a ser construído. O que importa, entretanto, é que a coincidência entre a política externa norte-americana e a análise do antropólogo sobre o lugar do imperador na cultura japonesa tenha servido, desde então, como exemplo sempre relembrado da eficácia do novo tipo de "antropologia aplicada" que os estudos de caráter nacional permitiriam.

Evidentemente, as "aplicações" da antropologia não se restringiam a este tipo de estudos. De fato, durante toda a década de 30, ganharam força as formulações que buscavam legitimar socialmente a antropologia norte-americana, argumentando com sua capacidade de contribuir para a solução de problemas definidos como "práticos". O principal foco de atenção incidia sobre a diversidade social e cultural dos Estados Unidos: índios, negros e imigrantes de várias origens nacionais, pequenas comunidades ainda rurais e grandes cidades reunindo uma população fortemente diferenciada. Os "problemas práticos" a que buscava responder a antropologia aplicada — e, com ela, outras disciplinas como a sociologia e a psicologia também "aplicadas" — estavam pois relacionados às particularidades do processo de homogeneização social e cultural característico da constituição dos estados nacionais: saúde, educação, alimentação e trabalho eram os termos que definiam as principais áreas onde este processo ocorria. O centro de atenção se situava dentro das fronteiras nacionais, a aplicação da antropologia constituindo, principalmente, um assunto de *política interna*[3]; já o campo de aplicação dos estudos de caráter nacional, ao contrário, era a *política externa*[4]. Apesar dessa diferença, um elemento comum a todo esse esforço de

---

3 Stocking (1976: 33-34) menciona especialmente dois projetos de "aplicação" da antropologia ligados às políticas sociais implementadas pelo governo norte-americano durante e depois do *New Deal:* um, no *Department of Agriculture;* outro, na *Applied Anthropology Unit of the Bureau of Indian Affairs* (mais tarde conhecido como *Indian Service).* A primeira reunião da *Society for Applied Anthropology* foi realizada em Harvard, em maio de 1941. Antropólogos ligados à *Society* participaram, além do *Office of War Information* e do *Committe for National Morale,* em outros organismos governamentais, como o *United States Trust Territory of the Pacific Island* (Partridge e Eddy 1978: 31-40). Por outro lado, a publicação de artigos relativos às aplicações da antropologia não ficou restrita a *Applied Anthropology* (criada em 1941), frequentando cada vez mais as páginas de outras publicações, incluindo, especialmente, o *American Anthropologist.*

4 No "manual" para estudar "culturas à distância" que, em 1949, Margaret Mead e Rhoda Métraux apresentaram ao *Columbia University Research in Contemporary Cultures* (inaugurado dois anos antes por Ruth Benedict graças a uma verba da *Human Research Division, Office of Naval Research),* Mead definia do seguinte modo as possíveis "aplicações políticas" de seus resultados: "a abordagem descrita neste manual pode servir para uma ampla gama de propósitos: implementar programas de governo dentro de um país, facilitar as relações com aliados, orientar relações com *partisan groups* em países sob controle inimigo, assessorar na avaliação da força e debilidade do inimigo e contribuir na preparação de documentos sobre assuntos internacionais. Todos estes usos envolvem o diagnóstico de regularidades culturais []. Os diagnósticos são efetuados com a intenção de facilitar planos ou políticas específicas e, em última instância, devem incluir as previsões de comportamento que farão com que tais políticas ou planos tenham sucesso ou fracassem" (Mead 1962: 397).

legitimação social da disciplina antropológica como "antropologia aplicada" residia no fato de que os problemas práticos para cuja solução se buscava contribuir tinham como referência realidades sociais e culturais sempre definidas como "nacionais".

Na verdade, esta não foi a primeira vez que se confundiram os limites entre "problemas sociais" e "problemas sociológicos" (ou "antropológicos") na história da disciplina, o exemplo mais óbvio sendo oferecido pela antropologia britânica e suas contribuições para a legitimação ideológica da conquista colonial e a gestão administrativa das colônias. Uma importante diferença marca, contudo, este novo episódio da história da antropologia cujo cenário é a América do Norte e não a Europa[5]. Ao identificar as fronteiras nacionais com os limites das unidades de análise, tornou-se possível não apenas construir as *outras* realidades nacionais como objeto de estudo, mas, simultaneamente, transformar a *própria* sociedade e cultura nacional dos antropólogos em legítimo objeto de análise.

No contexto norte-americano, as pesquisas realizadas por alguns antropólogos a partir das décadas de 20 e 30 são em geral tidas como precursoras de uma "antropologia urbana" e de uma "antropologia das sociedades complexas", às voltas com a sua própria sociedade. Entretanto, ainda que os estudos desenvolvidos por antropólogos como Lloyd Warner tenham tido a sociedade norte-americana como marco de referência, neles não se encontrará uma reflexão sistemática sobre o estatuto das nações como objeto de investigação, ou seja, tratava-se de uma antropologia (ou melhor, de uma sociologia[6]) voltada para dentro das fronteiras nacionais, tendo como horizonte a intenção de contribuir para a resolução de

---

5 No prólogo ao livro que, em 1942, dedicou à análise do caráter nacional norte-americano, Margaret Mead reconheceu que cabia aos ingleses o mérito da invenção do uso dos antropólogos como *advisers to the government*; ela assinalava, contudo, que a diferença entre o envolvimento da antropologia britânica com a administração colonial e o da antropologia americana com o esforço de guerra residia no fato de que, neste último caso, o foco de atenção dos antropólogos estava explicitamente centrado também em sua própria sociedade (Mead 1965: 8-9).

6 Além disso, vale a pena lembrar que os trabalhos realizados por Warner — ou aqueles dos Lynds e da chamada Escola de Chicago — só foram identificados como "antropológicos" após o surgimento da "antropología do caráter nacional". Em um *Handbook of Social and Cultural Anthropology* publicado em 1973, Gulick (1973: 981) não tem dúvidas em sustentar que *Yankee City* tornou-se parte do corpus da sociologia norte-americana — não da antropologia" e que "Warner tornou-se, com efeito, um sociólogo. Margaret Mead, ao contrário, tornou-se nos 40 anos que se seguiram a epítome da antropologia para muitas pessoas nos Estados Unidos e no mundo".

problemas internos aos Estados Unidos. Os estudos de caráter nacional, ao contrário, têm origem nas relações internacionais (na sua forma extrema: a guerra entre nações) e seu horizonte não é constituído por uma nação, mas por nações, no plural.

A densidade e a complexidade deste episódio da história da antropologia contrastam com a pouca atenção por ele recebida na literatura, assim como com o conteúdo das representações mais correntes a seu respeito[7]. Do lado de alguns de seus principais protagonistas, como Margaret Mead (1953: 396), tratar-se-ia de pouco mais que uma "aplicação" particular da teoria e dos métodos da escola de cultura e personalidade. Do lado de seus críticos (por exemplo, Harris 1968, Kaplan e Manners 1972, Suzuki 1980), qualquer exame teórico mais detalhado acabou bloqueado pela confluência entre um argumento teórico acerca da suposta pobreza conceitual e dos parcos resultados desse empreendimento, e uma denúncia incidindo sobre sua cumplicidade com a política exterior norte-americana[8].

Excede os limites deste trabalho a análise das condições sociais que tornaram possível este capítulo da história da antropologia norte-americana. Esta história social e cultural é, sem dúvida, uma tarefa ainda por fazer. Ela deveria considerar as relações entre o meio social e cultural dos antropólogos e o da sociedade e cultura abrangentes, incidindo, especificamente, sobre as modalidades de relação entre o mundo universitário e acadêmico, de um lado, e o da política e agências estatais de intervenção social, de outro. Em especial, deverá considerar a mediação entre estas esferas desempenhada pelas agências privadas e estatais de financiamento da atividade científica. Apenas desta forma será possível conferir inteligibilidade tanto à singularidade das relações entre o campo político e o processo de legitimação social de uma disciplina definida como "acadêmica", quanto às imbricações entre

---

7 Falando de modo geral dos estudos de "antropologia psicológica", Stocking (1986: 9) chamou a atenção para o fato de que, mesmo sendo este talvez o "subcampo" da antropologia americana que mais atenção mereceu, os trabalhos que o tomam por objeto se limitaram até agora a produzir análises internas, nunca externas ou sócio-históricas.

8 É importante observar, contudo, que um certo acordo tácito a respeito das aplicações legítimas e ilegítimas da antropologia parece ter feito com que essas denúncias nunca se refiram aos usos dos estudos de caráter nacional durante o momento inaugural da II Guerra, remetendo sempre ao período posterior que coincide com a guerra fria.

problemas tidos por "antropológicos" e problemas pensados como "práticos" — imbricações sobre as quais se constituiu a disciplina antropológica nos Estados Unidos do pós-guerra[9].

Neste artigo, limitar-nos-emos a analisar este momento da história da antropologia norte-americana com a intenção de demonstrar como sua densidade e complexidade podem transformá-lo — utilizando uma expressão de Marcel Mauss — em um "caso privilegiado" para examinar o processo de construção de algumas questões teóricas e ético-políticas com as quais se debate a antropologia contemporânea, bem como de muitos dos problemas teórico-metodológicos envolvidos em todos os estudos que têm por objeto as realidades (culturas, sociedades, identidades, estereótipos, etc.) nacionais e inter-nacionais. "Bom para pensar", este capítulo da história da antropologia serviu de cenário para a elaboração e legitimação de questões que hoje tendemos, significativamente, a encarar como familiares.

Crítica Cultural e Engenharia Social: Paradoxos de uma Polaridade Construída

> Os estudos de caráter nacional são um recente desenvolvimento na pesquisa antropológica sobre os problemas de cultura e personalidade. Eles tomam tanto sua forma quanto seus métodos das exigências da situação política mundial após 1939. Ainda que os estudos de caráter nacional utilizem as premissas e os métodos do campo da cultura e personalidade, historicamente apresentaram dois traços distintivos: sele-

---

9 Como mostrou Michael Pollak, a gênese da articulação entre o desenho e a implementação de um tipo de políticas públicas (*policy making*) e a constituição de um tipo de ciência (*policy sciences*) nos Estados Unidos remonta ao *New Deal* e à expansão do *Welfare-State*. A invenção paralela das ciências sociais e da psicologia (aplicadas) e de técnicas, ao mesmo tempo de pesquisa e medição, contando com a ajuda da matemática (*survey research*), foi completada durante e depois da Segunda Guerra, a partir de instituições como o *Office of Strategic Studies* (OSS, antecessor da CIA) e o *Bureau of Applied Social Research*. É interessante notar que este *Bureau* — dirigido, entre outros, por Paul Lazarfeld, Richard Merton e Samuel Stouffer (organizador de um dos principais estudos produzidos no quadro da instituição: *The American Soldier*) — tinha como sede, a partir de 1939, a *Columbia University*, a mesma na qual Ruth Benedict estabeleceu o *Research in Contemporary Studies* (Pollak 1979). Por outro lado, deve-se lembrar que outra dimensão destes processos dentro do campo acadêmico norte-americano estava relacionada com a ampliação da base universitária e com a oferta de empregos por parte da administração e das fundações, às quais se incorporaram maciçamente os novos graduados (Partridge e Eddy 1978).

> ciona-se para estudo a cultura de um grupo de pessoas com uma tradição social compartilhada porque são os cidadãos ou membros — *nationals* — de um Estado político soberano, sendo que a sociedade pode ser tão inacessível à observação direta no campo que métodos de pesquisa menos diretos têm que ser utilizados. Estes estudos contemporâneos de caráter nacional e de cultura à distância assemelham-se a tentativas de reconstruir o caráter cultural de sociedades do passado [] onde o estudo de documentos e monumentos teve que ser substituído pelo estudo direto de indivíduos interagindo em situações sociais observáveis. Entretanto, eles diferem da reconstrução histórica na medida em que, sejam eles feitos à distância ou através de trabalho de campo na nação considerada, estão primordialmente baseados em entrevistas e observação de seres humanos vivos (Mead 1953: 396).

Este texto escrito por Margaret Mead em 1953 condensa de modo notável os pontos mais significativos dos estudos antropológicos sobre caráter nacional. Em primeiro lugar, situando as origens da questão no contexto da história da antropologia; em seguida, sustentando explicitamente ter sido a situação de guerra o que teria provocado, ou, ao menos, favorecido, o desenvolvimento destes estudos; em terceiro lugar, determinando as "nações" como unidades de análise dessas investigações; enfim, propondo os "estudos de cultura à distância" como método. A aparente objetividade e simplicidade de cada um desses pontos oculta, contudo, uma complexidade sobre a qual gostaríamos de nos debruçar.

Como se sabe, a história do pensamento antropológico pode ser lida, ao menos em parte, como uma constante oscilação entre os dois princípios que constituíram a disciplina no final do século XIX, e não deixa de ser curioso observar que as questões construídas em torno da noção de caráter nacional tendam a aparecer mais nas correntes que enfatizam a diversidade cultural do que naquelas que privilegiam as semelhanças entre as sociedades humanas. Essa propriedade não é, obviamente, necessária nesse campo de questões, uma vez que a noção de caráter nacional funciona também como um modo de se referir — e de constituir — a unidade de conjuntos sociais ou culturais muito vastos e abrangentes. De qualquer forma, é uma espécie de lugar comum atribuir a gênese da categoria ao pensamento romântico, aquele que, em suposta oposição ao universalismo iluminista, tenderia justamente a enfatizar a originalidade de cada povo ou nação[10].

10 É importante lembrar que a gênese de noções como *Volksgeist* e *Zeitgeist*, produzidas no contexto do Romantismo e Pré-Romantismo alemães, estavam associadas à gênese de

Por outro lado, esta não deixa de ser uma visão mais ou menos simplista, na medida em que termos como Romantismo ou Iluminismo — bem como as diversas "escolas" em que didaticamente costumamos dividir a história da antropologia — indicam sempre categorias ambíguas, presentes em graus distintos em quase todas as elaborações teóricas. Assim, e esse não é um ponto desprovido de importância para nossa argumentação, é comum que os teóricos do caráter nacional atribuam uma origem quase espontânea à noção: todas as sociedades, em todas as épocas, tenderiam a perceber e estabelecer diferenças entre seus modos de ser e fazer e aqueles de seus vizinhos (por exemplo, Gorer 1948: 11; Stoetzel 1955: 15). Desta forma, ao naturalizar e universalizar a noção de caráter nacional — invocando, reforçando e transformando os conteúdos presentes no senso comum —, produz-se dois efeitos: de um lado, tratar os mecanismos de construção de fronteiras sociais e culturais nas sociedades não nacionais como se fossem idênticos aos que servem para sancionar a existência de fronteiras nacionais; de outro, dissolver as singularidades dos processos de criação de fronteiras sociais e culturais entre sociedades que se percebem como nacionais.

Não parece haver nada a estranhar, pois, no fato de que na antropologia, como disciplina acadêmica, tenha sido justamente no contexto relativista do culturalismo norte-americano que as idéias referentes ao caráter nacional tenham tendido a se desenvolver. No entanto, este desenvolvimento seguiu um processo em nada necessário, uma vez que não parece fácil acomodar a noção no pensamento de Franz Boas. Como se sabe, os primeiros estudos de caráter nacional invocaram uma herança "boasiana" como um de seus princípios de legitimidade. Ao observar os debates que agitaram a antropologia norte-americana nos anos trinta, é possível descobrir, contudo, que o que mais tarde tendeu a ser reconhecido como a vertente boasiana "ortodoxa" — integrada por alguns dos expoentes da escola de cultura e personalidade na qual se geraram os estudos de caráter nacional — era um ponto de vista entre outros reclamando uma herança similar. O exame das ambiguidades e virtualidades do próprio pensamento de Boas e do processo de invenção de uma

especialidades e de especialistas (folcloristas, poetas, literatos) cuja atividade era compreendida também em termos de "aplicações" ou de intencionalidade prática — a teoria e prática de um "nacionalismo" alemão (Elias 1939: 57-82).

tradição "autenticamente boasiana" é, pois, um primeiro passo para esclarecer o conteúdo dos dilemas e paradoxos revelados pelos estudos de caráter nacional.

O primeiro ponto a sublinhar é que a obra de Boas está marcada por uma constante oscilação entre o pressuposto de que cada cultura específica é um conjunto fragmentado apenas suscetível de uma análise histórica e o postulado de que, apesar de tudo, em algum nível, a totalidade existe e pode ser apreendida pelo antropólogo. Se, de um lado, o princípio de fragmentação tornava difícil o desenvolvimento de conceitos similares ao de caráter nacional, de outro, é preciso lembrar que a perspectiva boasiana reconhecia a existência da totalidade: ela podia ser descoberta nas relações entre indivíduo e cultura, pois o primeiro devia sintetizar de algum modo uma experiência particular, cultural e historicamente fragmentada — e é apenas nessa experiência individual que o antropólogo poderia descobrir alguma forma de totalização (Boas 1966: 268-69 e Stocking 1968: caps. 7 e 9; 1976: 3-7; 1986: 5-9)[11].

As oscilações ou ambigüidades de Boas não se manifestam, porém, apenas no plano de sua produção teórica, articulando-se, por um lado, com seus posicionamentos éticos e políticos e, por outro, com o modo pelo qual seus alunos se apropriaram e desenvolveram seu pensamento. Como já foi dito, sua desconfiança em relação ao envolvimento político direto dos antropólogos, aliada certamente à sua origem alemã, fez com que Boas assumisse, durante a I Guerra Mundial, uma posição pacifista, opondo-se à intervenção norte-americana e criticando os intervencionistas, que confundiriam valores norte-americanos particulares e historicamente determinados com valores democráticos supostamente universais. É claro que a II Guerra tornará muito difícil continuar sustentando esta posição, até o ponto de Boas ter chegado a pensar em abandonar a carreira antropológica para se dedicar, como cidadão, a combater o nazismo (Yans-McLaughlin 1986: 185-87). Por outro

11 É interessante lembrar que formulações semelhantes foram comuns na primeira metade deste século em intelectuais ibéricos e latino-americanos, igualmente inspirados no pensamento alemão. No caso da Espanha, os influentes trabalhos de José Ortega y Gasset e, no caso da América Latina, as idéias sobre o caráter nacional brasileiro de Gilberto Freyre ou o lugar do mestiço na cultura mexicana pós-revolucionária de Manuel Gamio — ambos alunos do próprio Boas na década de 20.

lado, a experiência e as dificuldades de um imigrante judeu alemão nos Estados Unidos do começo do século ajudam a compreender parte das disposições sociais que permitiram a Boas elaborar, nas palavras de Stocking (1976: 3), "um ponto de vista experimental a partir do qual uma crítica sistemática podia ser desenvolvida" — crítica que incidiu simultaneamente sobre o evolucionismo social, no plano teórico, e sobre uma série de características da sociedade norte-americana, no plano ético-político. Além disso, o encontro entre um autor formado na tradição intelectual germânica e uma sociedade nacional que parecia exigir respostas imediatas para seus "problemas de integração" não pôde deixar de produzir sérios efeitos no nível de sua própria obra. Esse conjunto de variáveis explica, em parte, a aparente contradição entre uma "postura metodológica puritana" (: 4) e um ideal de objetividade científica, e a influência cultural e política exercida por Boas, seja diretamente, com a crítica do racismo e do etnocentrismo, seja indiretamente, através da ação de seus alunos[12]. De qualquer forma, é impossível deixar de reconhecer que "Boas nunca confrontou a contradição entre seu universalismo e seu compromisso em relação às culturas minoritárias" (Jackson 1986: 95). Essa contradição aparece claramente, por exemplo, na distância que separa a intenção prática dos trabalhos boasianos de antropologia física — que, como se sabe, visavam explicitamente influenciar as leis norte-americanas relativas à imigração — da recusa, igualmente explícita, em colocar a antropologia cultural a serviço de programas práticos.

Os alunos de Boas não deixaram de se envolver com problemas similares aos do mestre, ainda que, em um primeiro momento, tenham sido justamente as ambigüidades de seu pensamento que serviram para diferentes desenvolvimentos. Mesmo a chamada escola de cultura e personalidade se constitui, sem dúvida, opondo-se à interpretação propriamente historicista do pensamento boasiano, representada por autores como Kroeber (em sua primeira fase) e Lowie[13]. Conhece-se, certamente, as teses centrais de *Patterns of Culture* de

12 Deve-se observar que esta influência se exerceu também através de uma série de livros destinado a um público bem mais amplo que o acadêmico. Entre eles, podem ser mencionados Herskovits 1948, Kardiner e Preble 1961, Klukhohn 1949 e Linton 1936.

13 Lowie publicou, em 1945, um pequeno livro onde, com o objetivo explícito de auxiliar a compreensão do nazismo e da guerra, recusa as interpretações "fatalistas" destes fenômenos, preferindo atribuí-los a acidentes históricos que tenta reconstituir (Lowie 1980, VII: 111-14).

Ruth Benedict: cada cultura, ainda que formada por fragmentos de diferentes origens, desenvolveria um "estilo" específico, capaz de unificá-la como totalidade sintética e, ao mesmo tempo, de distingui-la de outras unidades culturais. A noção de "padrão cultural" — para além das vicissitudes da história que, quase sempre, escapariam ao observador — afirma a existência dessas grandes configurações, permitindo descrever e distinguir as culturas humanas através da utilização de categorias tomadas de empréstimo à psiquiatria e à filosofia da história: os "apolíneos" Pueblo, os "dionisíacos" índios das Planícies, ou os "paranóides" Kwakiutl. E ainda que seja verdade que a idéia boasiana do indivíduo como único *locus* unificador da cultura dificilmente possa ser assimilada a um padrão transcendente e totalizante, as menções de Benedict a Dilthey, Spengler, e às noções de *Gestalt* e *Zeitgeist* (Benedict 1934: 50-55) remetem, sem dúvida, às origens germânicas do pensamento boasiano, ao "gênio de um povo". Mais do que isso, seria preciso lembrar ainda que boa parte da produção teórica da escola de cultura e personalidade foi publicada durante a vida de Boas — ao mesmo tempo que trabalhos seus — e que este jamais afirmou qualquer incompatibilidade entre os modelos aí acionados e aqueles por ele propostos[14].

É interessante lembrar que a própria expressão "cultura e personalidade" se cristalizou e legitimou em torno do seminário conduzido por Edward Sapir em Yale, a partir de 1931. Sapir, no entanto, estava bem longe do modelo configuracionista que viria a se tornar dominante no campo da antropologia norte-americana. A crítica a todas as formas de reificação da cultura e o pressuposto de que, em última instância, a única realidade seriam personalidades individuais em interação (Sapir 1985a, 1985b), aproximam-no muito mais das posições de Boas do que do modelo dos padrões culturais de Benedict — o que não o impediu de sentir-se marginalizado por Boas, e que as referências a seu trabalho nos autores depois reconhecidos como fazendo parte da ortodoxia boasiana tenham se tornado cada vez mais escassas

14 Deste ponto de vista, é especialmente significativa a introdução escrita por Boas para *Patterns of Culture*, de Benedict. Após reafirmar a importância do método histórico, ele sustenta, por um lado, que este não é estranho à apreensão da totalidade e, por outro, que o interesse pelos "problemas sócio-psicológicos não se opõe de forma alguma à abordagem histórica [...]. A Dra. Benedict denomina configuração o gênio de uma cultura" (Benedict 1934: xvi-xvii).

(Darnell 1986; Handler 1986, 1989; Manson 1986). Além disso, desde muito cedo, Sapir exprimiu profundas dúvidas acerca da possibilidade de uma tranqüila aplicação do conhecimento antropológico aos problemas sócio-culturais e, ao contrário de seus colegas que defendiam explicitamente a utilização da antropologia no estabelecimento de uma "engenharia social", manteve-se fiel à tradição de "crítica cultural" que se desenvolveu nos Estados Unidos a partir da década de 20[15].

Ainda que afastada da *mainstream* da antropologia cultural norte-americana, a atitude crítica e algo distanciada de Sapir não era única. Também Herskovits (1941) exprimiu suas dúvidas sobre a aplicabilidade prática da antropologia, o que lhe valeu, aliás, duras críticas da parte de Benedict (Jackson 1986: 114-15; 121-22). Kardiner (1939) permaneceu igualmente, ainda que em menor escala, à margem do envolvimento antropológico com as questões sócio-culturais mais amplas[16].

Para sermos mais precisos, e como demonstraram Lindesmith e Strauss (1950: 587), o sistema teórico da escola de cultura e personalidade apoiava-se em dois pontos centrais: de um lado, a descrição e caracterização psicológica de configurações culturais e tipos de personalidades a elas associados; de outro, a tentativa de explicação da relação entre tipos de cultura e tipos de personalidade a partir das experiências da primeira infância. Esses dois pontos podem ou não aparecer ao mesmo tempo e seu peso relativo tende a variar de autor para autor. Mead, por exemplo, descreveu sua própria trajetória teórica como a passagem da ênfase exclusiva nos processos de estandartização de personalidades para uma maior atenção aos padrões culturais propriamente ditos (Mead 1978: 173-74), explicitando que os catalisadores dessa mudança teriam sido, inicialmente, a leitura dos originais de *Patterns*

---

15 Ver a aspiração de Benedict por "aquilo que poderá talvez um dia tornar-se uma verdadeira engenharia social" (citado em Handler 1986: 150). Ver, igualmente, entre outros, Mead 1965: 169-71, 248, e Handler 1989: 1-2, 11-12, nota 1.

16 Tendo estudado com Boas em Columbia e se iniciado simultaneamente na psicanálise — chegando, mais tarde, a ser analisado por Freud (Manson 1986: 74-75) —, Kardiner desenvolveu, nos anos imediatamente anteriores à II Guerra Mundial, a teoria da personalidade modal, cuja ênfase nos processos psicológicos de constituição do caráter individual em quadros culturais específicos se opõe, sob muitos aspectos, ao configuracionismo então dominante.

of Culture (: 175), e, mais tarde, "os problemas de guerra relativos à compreensão transcultural e à construção do moral" (: 178).

Por sua vez, o modelo de Benedict, ao afirmar que os padrões culturais correspondem a virtualidades psicológicas humanas arbitrariamente selecionadas e impostas, sintetiza com perfeição os dois aspectos constitutivos da escola de cultura e personalidade, realçando a constante oscilação entre a afirmação de uma plasticidade absoluta do homem e certa crença em um fundo biológico pré-cultural. A função dessa oscilação é mais profunda do que parece: trata-se, na verdade, de um operador fundamental que permite explicar desvios da norma global, comportamentos que não parecem se adequar ao suposto padrão local, diferenças entre distintas camadas da população, fundando em última instância a possibilidade de uma engenharia social. Em outros termos, e ainda que isso tenha permanecido em segundo plano durante algum tempo[17], o culturalismo sempre tratou de se distinguir do racismo, de um lado, e do behaviorismo, de outro, afirmando tanto a existência de diferenças inatas individuais quanto o trabalho da cultura na formação do caráter através da educação — processo que seguiria, portanto, certas divisões natural e universalmente dadas (Mead 1965: 328-30). Essa posição legitima, simultaneamente, os esforços para o conhecimento da natureza humana e as tentativas de intervenção para moldá-la e domesticá-la.

Percebe-se assim que, da mesma forma que tantas outras dicotomias que assombram a antropologia e as ciências sociais desde sua constituição, "engenharia social" e "crítica cultural" parecem ser, muito mais do que alternativas excludentes, dimensões constitutivas de um mesmo complexo de representações. O que em um plano pode ser visto como oscilações ou ambiguidades teóricas, em outro traduz-se como alternativas de um discurso ao mesmo tempo positivo e normativo. Nesse sentido, a passagem dos estudos de cultura e personalidade, desenvolvidos nas "outras" sociedades,

---

17 Seja devido à resistência em divulgar a tese da existência de temperamentos mais ou menos inatos diferentemente desenvolvidos pelas culturas devido às implicações políticas desta idéia no contexto da II Guerra (Yans-McLaughlin 1986: 204-205), seja devido à posição teórica de Mead, sustentando que "não podemos começar a discutir que tipos de comportamentos são inatos, ligados ao biologicamente dado mais que ao social ou situacionalmente dado, até que tenhamos explorado o alcance das expectativas culturais na estilização do comportamento" (Mead 1978: 174).

para os de caráter nacional, implementados na "nossa", cumpre uma importante função: ocultar a relação dialética entre "crítica cultural" e "engenharia social".

Assim, é significativo e paradoxal que ao buscarem em alguns estudos de cultura e personalidade uma legitimação de suas posições teóricas e ético-políticas, Marcus e Fischer (1986: 158-61) evitem qualquer menção ao fato de que se tratava aí também de um trabalho de fundamentação de uma política de intervenção social. E que Margaret Mead — cujo trabalho é apresentado como o melhor exemplo de exercício pioneiro de "crítica cultural" — tenha sido justamente uma das inventoras da "antropologia aplicada". Certamente, os trabalhos de Mead a que se referem Marcus e Fischer eram anteriores a seu interesse pelo estudo do caráter nacional. No entanto, como lembram os próprios autores, ainda que falando da adolescência e da família em Samoa e Nova Guiné, Mead mencionava (em linhas aparentemente marginais ao texto, como introduções e notas) que sua preocupação central era com a família e os adolescentes norte-americanos. Percebe-se que o conteúdo e o valor do que possam ser "engenharia social" e "crítica cultural" são diferentes para Mead e para aqueles que hoje reclamam sua herança. No entanto, em um caso como em outro, "engenharia" e "crítica" são muito mais que termos de uma simples dicotomia. Estudar outras culturas (não nacionais) e "criticar" a própria cultura (nacional) permitem ocultar a cumplicidade entre essas posições, o que o estudo das culturas nacionais (e do caráter nacional) não pode deixar de revelar.

As Conseqüências da Virada da Guerra para o Caráter Nacional

É inegável que a guerra teve como um de seus efeitos reforçar as tendências configuracionistas e a ênfase na engenharia social (Manson 1986: 86). Este é, lembremos, o segundo ponto da definição de Mead a respeito dos estudos de caráter nacional que transcrevemos acima: o peso das "exigências da situação política mundial após 1939". Estas exigências remetem a três preocupações complementares. No começo de 1942, o memorando escrito por Gorer para o Departamento de Estado, além da recomendação para "que os Estados Unidos evitassem atacar o imperador japonês na medida em que

ele seria necessário no final da guerra — uma recomendação profética que os acontecimentos provaram estar correta" —, sugeria que se adotasse "um tom firmemente paternal" na propaganda de guerra dirigida aos japoneses. Gorer espantou-se, contudo, ao constatar que as transmissões radiofônicas diziam, literalmente, que "os Estados Unidos são seu pai". Ora, de acordo com Mead, o malentendido entre a propaganda do exército norte-americano e a visão do antropólogo inglês derivaria de uma diferença profunda entre os caracteres nacionais em jogo: no caso norte-americano, não existiria o forte respeito pela figura paterna presente na cultura inglesa, ou seja, e ainda segundo Mead, Gorer deveria ter escrito "falem com os japoneses como se eles estivessem no quarto ano e vocês no quinto" (Mead 1978: 181)[18]. Em suma, o esforço de guerra exige o conhecimento do inimigo para poder vencê-lo, o do aliado para poder combater a seu lado e o de si mesmo para saber utilizar sua própria força.

Os dois textos mais representativos da preocupação com os inimigos são, sem dúvida, o artigo de Gorer, *Themes in Japanese Culture* (1943), e *The Chrysanthemum and the Sword*, de Benedict (1989). O primeiro retoma um texto de circulação restrita, escrito em 1942 — texto que é, ele próprio, o desenvolvimento do famoso memorando encaminhado, no início deste mesmo ano, ao Departamento de Estado norte-americano. O livro de Benedict, por sua vez, foi originalmente escrito como relatório para o *Office of War Information*. Do ponto de vista teórico, a análise de Gorer concentra-se nas técnicas pedagógicas japonesas, tentando explicar como são formados os traços do caráter japonês que parecem estranhos ou paradoxais aos olhos dos ocidentais. *The Chrysanthemum and the Sword*, de sua parte, procura traçar um quadro global dos padrões culturais japoneses, investigando as regras e valores que configurariam esses padrões[19].

---

18 O malentendido parece atestar também que, ao menos até certo ponto, os conselhos dos antropólogos eram efetivamente seguidos pelos militares.

19 Se o artigo de Gorer foi diretamente motivado pelo ataque a Pearl Harbor, o relatório de Benedict também derivou de exigências do mesmo tipo. Depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, os problemas ligados à implementação da política de deslocamento de vários milhares de *Japanese Americans* para campos de internamento no interior do país levou à constituição do *Bureau of Sociological Research*. No final de 1942, uma série de revoltas nos campos originou a criação da *Community Analysis Section* — inspirada em estudos anteriores efetuados em reservas indígenas — cuja finalidade era esclarecer *cultural aspects of Japanese behavior*. Desse organismo participaram 27 cientistas sociais, sendo que 20 eram

A preocupação com os aliados e com o *national morale* aparece, em sua forma mais clara, em Mead (1965) e Bateson (1942). Como escreveu a primeira no prefácio à edição de 1943 de *And Keep Your Powder Dry* (cujo significativo subtítulo é *An anthropologist looks at America)*, o objetivo do livro era oferecer "uma contribuição de uma cientista social para vencer a guerra e estabelecer uma paz justa e duradoura. Ela era franca e completamente *partisan*" (Mead 1965: xi). Tratava-se, diz ainda Mead em um novo prólogo escrito para a edição de 1965, de "fornecer aos americanos o sentido de sua força específica como um povo e do papel que podem desempenhar no mundo" (: xxx). Em outros termos, trata-se de estudar antropologicamente sua própria sociedade (pela primeira vez na história da disciplina, lembremos) tendo em mente fazer com que esta sociedade se conheça melhor e utilize este conhecimento como forma de elevar seu moral em uma situação de guerra.

O texto de Bateson, também escrito em 1942, possui os mesmos objetivos do de Mead: conhecer a si mesmo, mas também a seus aliados e inimigos, para fundamentar estratégias de elevação do "moral nacional" para a guerra. No entanto, e ao contrário de Mead, Bateson estende-se em considerações teóricas, construindo a formulação mais sofisticada dos pressupostos subjacentes à transformação do caráter nacional em objeto da antropologia. Organiza sua argumentação através da discussão dos obstáculos e das possíveis objeções levantadas a *any concept of 'national character'*". Sua intenção é precisar em que condições é possível falar de caráter nacional e estabelecer o tipo de processos culturais em relação aos quais se pode utilizar positivamente a noção. Dois pontos de suas formulações merecem especial destaque. O primeiro diz respeito à crítica contra um certo essencialismo culturalista que estaria presente nos estudos de caráter nacional. Bateson responde dizendo que o fato de os "caracteres nacionais" — e o uso do termo no plural é um importante traço distintivo de sua argumentação — serem construídos não significa que não acabem por existir e por servir para marcar diferenças culturais. O segundo ponto responde às acusações de um peso excessivo concedido à homogeneidade cultural nas formulações relativas ao caráter nacional. Bateson argumenta que falar em caráter nacional não

antropólogos, entre eles, Robert Redfield, Elizabeth Colson, Solon T. Kimball, Weston LeBarre e Conrad M. Arensberg (Partridge e Eddy 1978: 29-30; Suzuki 1981).

implica supor uniformidade cultural, mas reconhecer a existência de um sistema de diferenciações organizado em relação a um padrão — um conjunto de estereótipos — reconhecido como dominante. Falar em diferença, ou mesmo em desvio, só faria sentido em relação a uma norma (Bateson 1942: 74-79).

Em termos mais gerais, Bateson encara o problema dos caracteres nacionais a partir de uma perspectiva teórica estranha ao contexto das discussões da época. De seu ponto de vista, a questão central nos debates em torno do caráter nacional dizia respeito — em palavras que não são as dele — à falsa oposição entre "realidade" e "representação da realidade". A circularidade envolvida numa argumentação presa a essa oposição fica especialmente clara quando se observam as consequências da invenção das fronteiras nacionais. Estas são um bom exemplo de algo que, socialmente criado, gera efeitos, agindo sobre as formas de autopercepção das comunidades por elas diferenciadas, e constituindo, com o passar do tempo, formas de ser e sentir, estilos de vida e configurações morais[20]. A abordagem de Bateson tem ainda um outro efeito: ela discute explicitamente as possibilidades de definir as nações e os caracteres nacionais como unidades de análise, argumentando que, se essas unidades existem culturalmente — como representações e como realidades, diríamos —, é legítimo tentar compreendê-las do ponto de vista antropológico. Bateson demonstra, assim, a dupla existência do caráter nacional, ao mesmo tempo categoria nativa e conceito teórico.

Ao lado da sofisticação do argumento de Bateson, as formulações de seus colegas, naturalizando a definição das nações como unidades de análise, parecem, no mínimo, simplificadoras. No caso do texto programático de Mead transcrito acima, a menção às unidades de análise dava lugar à definição de um problema "metodológico" e a uma solução "técnica". Trata-se do último traço invocado para a definição do campo de estudos do caráter nacional: o emprego

---

20 Ainda que, neste sentido, Bateson pareça notavelmente afinado com formulações do tipo das de Norbert Elias, propondo estudar a gênese dos *habitus nacionais* (Elias 1989a, 1996), é preciso reconhecer que seu texto é fundamentalmente ambíguo. A primeira parte, dedicada à discussão teórica, é, sem dúvida, a mais rica. A segunda desenvolve um modelo formal para isolar e comparar caracteres nacionais (russo, alemão, inglês, americano e... balinês!) que, estranhamente, abandona as considerações teóricas elaboradas na primeira parte. Finalmente, a última parte do texto é consagrada a uma reflexão acerca dos desdobramentos "práticos" do modelo na tarefa de elevar "o moral" americano no contexto da guerra (Bateson 1942: 89-91).

de técnicas especiais de investigação — os "estudos de cultura à distância". Este era o nome do "manual", editado em 1953 por Margaret Mead e Rhoda Métraux, reunindo uma série de artigos de pesquisadores que trabalhavam nos quadros do projeto *Research in Contemporary Cultures,* conduzido por Ruth Benedict na Universidade de Columbia a partir de 1947. O livro é, na verdade, "uma versão muito condensada de um esboço preliminar apresentado ao *Office of Naval Research* no outono de 1951" (Mead e Métraux 1953: v)[21].

Em sua contribuição para o volume, Gorer nega qualquer relação privilegiada entre os estudos de caráter e as nações como unidades de análise, preferindo atribuir esta conexão às exigências da guerra e propondo o termo mais geral de "estudos de caráter cultural" para esse tipo de investigação (Gorer 1953: 57). Mesmo a posição de Mead, apresentada na introdução do manual, parece diferenciar-se da do texto que transcrevemos, com a adoção da hipótese de que as nações só se converteram em objeto privilegiado dessas análises devido à II Guerra Mundial, e que o trabalho acerca de grandes configurações de caráter poderia ser conduzido em qualquer tipo de sociedade — o que é, aliás, atestado pelo fato de a própria Mead, ao lado de Bateson, ter produzido, antes da guerra, uma análise do "caráter balinês" (Bateson e Mead 1942).

Na verdade, a proposta dos "estudos de cultura à distância" como método privilegiado para o trabalho antropológico com as "nações" encerra um paradoxo, na medida em que os antropólogos são, sempre, membros de estados nacionais, portanto, muito mais "próximos" desse objeto do que daquele sobre o qual a antropologia tradicionalmente trabalhara. Tudo indica, pois, que os "estudos de cultura à distância" não têm qualquer relação privilegiada com a distância. Prova disso é que o primeiro livro a utilizar esta metodologia — obviamente sem chamá-la por seu nome — é justamente o trabalho de Mead sobre os Estados Unidos. Além disso, já em 1950, Gorer começa a elaborar *Exploring English Character* a partir de uma demanda por parte dos editores do jornal *People*[22]. *Mais significativo do que esses exemplos, contudo, é observar*

---

21 Deve-se observar, a propósito, que o projeto conduzido por Benedict prosseguiu, por um lado, com os *Studies in Soviet Culture* desenvolvidos para a *Rand Corporation* e, por outro, com os *Studies in Contemporary Culture* desenvolvidod para o *Office of Naval Research* e para o *Center for International Studies* do *MIT* (Mead e Métraux 1953: v).

22 Jornal dominical de segunda maior circulação na Grã Bretanha, na época, atingindo cerca de 12 milhões de pessoas (Gorer 1955: 3-4). Para escrever o livro, Gorer elaborou um

que as técnicas propostas para esse tipo de investigação são exatamente aquelas utilizadas na antropologia contemporânea quando esta investiga as sociedades "nacionais" ("modernas" ou "complexas"), especialmente, quando o antropólogo faz parte da sociedade que está investigando[23].

Um artigo publicado no *Annual Review of Anthropology* de 1983, intitulado "Anthropologists View American Culture", revela este ponto com clareza. Observando que "embora raramente escute-se falar em valores culturais, temas, ou caráter nacional hoje em dia, alguns antropólogos ainda estão tentando capturar a essência do todo" (Spindler e Spindler 1983: 52), conclui-se que os meios empregados nestas tentativas são absolutamente similares àqueles utilizados nas análises de caráter nacional e nos estudos de cultura à distância. Em outros termos, a não utilização das técnicas de observação participante parece estar muito mais ligada a propriedades do objeto isolado como unidade de análise — ou às relações entre este objeto e o investigador, que se caracterizam exatamente por sua proximidade — do que a uma suposta impossibilidade de ter acesso direto a ele[24].

---

questionário, enviado a 14.605 leitores que o haviam solicitado mediante um cupom publicado no jornal ao lado de um artigo (de Gorer) explicando a pesquisa; 10.524 questionários foram devolvidos devidamente preenchidos, e então codificados e analisados até a publicação semanal, a partir do final de 1951, dos textos que viriam a constituir o livro (: 7-10).

23 Entre os trabalhos reunidos na coletânea, há pesquisas que têm como material empírico as mais variadas formas de produção cultural; não se trata apenas do uso de testes projetivos (amplamente utilizados por alguns antropólogos desde os anos trinta), mas de obras literárias e autobiografias, contos populares, rituais e festas nacionais, cartas de imigrantes, filmes, manuais escolares e de ensino de estratégias do jogo de xadrez. Estudar culturas a distância — ou melhor, estudar culturas nacionais — parece ter exigido uma enorme criatividade por parte dos antropólogos, transformando as pesquisas apresentadas por Mead e Métraux em antecedentes dos estudos contemporâneos sobre culturas e identidades nacionais e transnacionais. Parece-nos que a desigualdade no resultado das pesquisas, que vão desde análises brilhantes — como a de Bateson sobre o filme de propaganda nazista *Hitlerjunge* — até a simples naturalização de estereótipos nacionais — como acontece com a maior parte dos textos dedicados ao estudo do caráter nacional russo — é menos uma singularidade da obra do que um revelador dos extremos entre os quais se distribuem as possibilidades de todo estudo sobre culturas nacionais.

24 Talvez este ponto tenha sido responsável, ao menos em parte, pelo desenvolvimento de uma forte cooperação institucional entre os antropólogos que estudavam o caráter nacional e a grande quantidade de pesquisadores que, especialmente a partir do começo da década de 50, tratavam de temas semelhantes em outras disciplinas, especialmente a psicologia social e a ciência política (por exemplo, Inkeles 1961).

Esta observação permite revelar uma certa parcialidade oculta sob a aparente objetividade com que Mead isolou os traços constitutivos dos estudos de caráter nacional. Além de a distância não definir estes estudos, as demais características são também mais problemáticas do que parecem. Em primeiro lugar, afirmar que os estudos de caráter nacional se originaram nos trabalhos sobre cultura e personalidade é uma simples constatação histórica — e vimos, ainda que rapidamente, que este processo é de uma complexidade muito maior do que a reconhecida por essa observação. Em segundo, sustentar que "as exigências da situação política mundial pós-1939" tenham sido as únicas responsáveis pela inclinação da antropologia na direção das sociedades nacionais é uma proposição duvidosa. Como observou Bastide (1974: 168), o ponto de partida da própria Mead foram "os distúrbios da adolescência entre os jovens norte-americanos, tendo ela buscado descobrir se esses distúrbios da puberdade tinham causas fisiológicas ou sociológicas", e é isso que a teria motivado a partir para Samoa[25]. Em terceiro lugar, postular uma relação privilegiada entre os estudos de caráter nacional e um certo tipo de sociedade (a nacional) tem implicações que ultrapassam em muito os propósitos de Mead. Não foi preciso, pois, esperar que "cultura e personalidade" se convertesse em "caráter nacional" para que a sociedade à qual pertence o antropólogo viesse a se tornar seu grande foco de interesse: os trabalhos de Mead e Bateson sobre Bali, tanto quanto os "padrões de cultura" isolados por Benedict, atestam que o modelo do caráter nacional não exige nações, como não exige distância, para ser aplicado.

---

25 A própria Margaret Mead é explícita sobre este ponto, afirmando, em *And Keep your Powder Dry* que, após seis pesquisas com culturas estrangeiras, ela voltou "para casa em um mundo à beira da guerra, convencida que a próxima tarefa era aplicar o que sabíamos, da melhor forma que pudéssemos, aos problemas de nossa própria sociedade" (Mead 1965: 3). Na introdução à edição de 1965, a questão é colocada de forma ainda mais clara: "meus próprios interesses sempre se voltaram para a relevância do estudo dos povos primitivos para a compreensão de nosso próprio comportamento e nossas tentativas de modificá-lo" (: xxvii). De qualquer forma, é curioso observar que os capítulos finais de *Coming of Age in Samoa* — tratando da relação entre o material de campo de Mead e os problemas da adolescência norte-americana, que provavelmente são os responsáveis pelo livro ter se tornado um best-seller — só foram incluídos no livro por exigência dos editores (Marcus e Fischer 1986: 158).

O Limite das Críticas e a Realidade da Ideologia

As críticas movidas contra os estudos de caráter nacional desde seu surgimento — ou mesmo *avant la lettre,* se prestarmos atenção ao cuidado com que, como vimos, já em 1942, Bateson respondia às possíveis objeções — não parecem, pois, ter levado em conta a complexidade efetiva e os problemas reais que estes estudos encerravam. A isso soma-se a mencionada ambigüidade que cerca as representações sobre os estudos de caráter nacional entre os antropólogos norte-americanos. Isto ajuda a explicar o fato de o autor do que talvez ainda hoje seja a exposição de conjunto mais interessante, bem como uma das críticas mais acuradas, das teorias do caráter nacional, não ser nem norte-americano nem antropólogo.

Em 1954, Dante Moreira Leite apresentou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo uma tese de doutorado em psicologia social: *O Caráter Nacional Brasileiro,* cujo subtítulo, significativamente, é "História de uma ideologia". Imediatamente publicada como livro, a obra jamais foi traduzida para o inglês — o que, sem dúvida, explica o fato de ter permanecido completamente desconhecida pelos autores anglo-saxões. Expondo detalhadamente as origens da noção de caráter nacional — do Romantismo à escola de cultura e personalidade —, o livro, antes de empreender a análise dos diversos autores que tentaram aplicá-la à sociedade brasileira, elabora uma crítica que compreende, essencialmente, três aspectos. De um ponto de vista epistemológico, as teorias do caráter nacional, bem como as de cultura e personalidade, não conseguiriam se livrar de um círculo vicioso comprometedor: partindo da observação dos comportamentos empiricamente visíveis em uma sociedade qualquer, induziriam daí uma espécie de padrão geral próprio a esta sociedade, padrão que se reproduziria na personalidade ou no caráter de seus membros, servindo então para "explicar" qualquer comportamento observável entre eles.

Em segundo lugar, de um ponto de vista metodológico, essas teorias estariam inevitavelmente marcadas por uma confusão entre o que supõem ser o caráter profundo da sociedade analisada e o comportamento efetivamente detectável de uma parcela desta sociedade. Assim, imagina-se estar analisando o caráter nacional alemão quando, na verdade, se fala dos nazistas; pensa-se estar atingindo o ser mais profundo dos japoneses quando, de fato, a referência é aos militaristas que dominaram a política japonesa durante certo período; crê-se

apreender o "brasileiro" quando são algumas elites rurais que estão sendo efetivamente descritas.

Enfim — e esse é, para Leite, o ponto fundamental —, as teorias do caráter nacional, de um ponto de vista político, não passariam de ideologias, no sentido mais tradicional que o marxismo emprestou à palavra: discursos destinados a ocultar a realidade profunda, seja através de mecanismos etnocêntricos, compatíveis com a substituição do colonialismo europeu pelo imperialismo norte-americano, seja através da omissão da política, da economia e da história como as dimensões efetivamente responsáveis pelas diferenças e desigualdades entre as sociedades. O resultado do processo seria uma espécie de substancialização das diferenças, remetidas a uma tradição e a um plano psicológico tão profundos que se tornam quase indiscerníveis do enraizamento biológico da diversidade promovido por um racialismo do qual o culturalismo supostamente se distinguiria de forma absoluta (Leite 1969: 44-45; 65-66; 100-25).

Não obstante a radicalidade da crítica de Leite às teorias do caráter nacional — que propõe, em última instância, a substituição de um modelo tido como ideológico por "teorias científicas" capazes de efetivamente dar conta das realidades sociais, políticas e econômicas —, o mais interessante do livro é que o autor não pode deixar de levantar, ainda que de passagem, uma questão fundamental: o que poderia explicar o êxito dessas teorias, dado que seu valor explicativo é nulo? Ou seja, o que faria com que, do ponto de vista dos agentes sociais, o caráter nacional pareça efetivamente se constituir em realidade, funcionando no sentido de promover a identificação mútua de alguns e sua distinção em relação a outros? (: 26-27; 103)[26].

Em um relato autobiográfico recentemente publicado, David Schneider — cuja formação antropológica se deu exatamente durante o apogeu dos estudos de cultura e personalidade — conta que

> Rapidamente dei-me conta do modo pelo qual os acadêmicos e cientistas tomam simples noções populares e as elevam até a estratosférica posição de teoria científica

---

26 Na verdade, é sempre difícil decidir se o argumento de "validade psicológica" — ou seja, a verossimilhança de uma teoria "do ponto de vista do nativo" — depõe contra ou a favor de uma formulação. *The Chrysanthemum and the Sword* de Benedict foi traduzido para o japonês em 1948 e, em 1952, já contava com oito reedições. Em 1953, um grupo de 15 intelectuais japoneses se reuniu para discutir o livro. O tom geral foi de plena aceitação e as críticas foram em tudo semelhantes às elaboradas pelos antropólogos ocidentais (Bennett e Nagai 1953).

> [...]. Com Geoffrey Gorer impondo idéias freudianas, não levou muito tempo para que eu observasse que a teoria do aprendizado por punição e o esquema da recompensa eram muito parecidos com os de minha mãe — e ela certamente não era uma cientista famosa, mas podia dar uma boa palmada quando sentia que uma recompensa não era o indicado (Schneider e Handler 1995: 222-23).

É claro que, neste contexto, Schneider não tem porque mencionar o fato de que as mesmas palavras funcionam de modo completamente distinto se proferidas por uma mãe ou por uma "highflown scientist". Em outros termos, os possíveis problemas teóricos dos estudos de cultura e personalidade ou de caráter nacional não devem fazer esquecer que, do ponto de vista da análise social e cultural, as confusões entre discurso científico e senso comum são algo mais que equívocos epistemológicos a desfazer. Trata-se, ao contrário, de levar a sério as diferenças discursivas ocultas sob a aparente semelhança das palavras, mostrando como esse discurso contribui para a produção e objetivação de realidades que o transcendem por todos os lados.

A oposição entre "ficção" (ou representação) e "realidade" está longe de ser uma característica exclusiva das análises centradas na noção de ideologia. As armadilhas das análises de ideologia — tão bem representadas por Leite — são compartilhadas por qualquer teoria que se baseie em algum tipo de dicotomia entre fatos e concepções, comportamentos e representações. Se as teorias do caráter nacional não são certamente a "expressão" direta de uma "realidade", elas tampouco são sua pura deformação ou falsificação. Trata-se antes de discursos simultaneamente descritivos e normativos que, através de sua circulação social, tendem a funcionar como estruturas performativas, sintetizando, difundindo e, no limite, criando seus próprios referentes. Em outros termos, parece mais interessante investigar esse tipo de discurso como fazendo parte de um *dispositivo,* no sentido que Michel Foucault empresta ao termo. Desse dispositivo fazem parte não apenas as "teorias" do caráter nacional, como também as diversas práticas e discursos nacionalistas, os programas efetivamente postos em ação para reconciliar os cidadãos com seu ser nacional, os comportamentos dos agentes em situações específicas onde traços do "caráter nacional" são acionados como explicação, justificativa ou racionalização, e mesmo nossa discreta auto-satisfação quando nos deparamos com descrições aparentemente satisfatórias de nossos modos de ser e

agir[27]. Em suma, se Leite tem razão em insistir na persistência do substancialismo na passagem dos modelos racistas para os culturalistas, um passo a mais se faz necessário: a adoção de uma perspectiva resolutamente processualista, capaz de dar conta não apenas da "história" do caráter nacional e de suas teorias, como do que poderíamos denominar sua *historicidade* profunda, ou seja, o fato de ser continuamente construído na história e nas relações sociais, políticas e culturais.

O Caráter Nacional Existe?

Se a desconfiança de Stocking face aos repetidos anúncios relativos à "morte" dos estudos de caráter nacional ou de cultura e personalidade parece mais do que justificada (Stocking 1986: 9), a sobrevida dos modelos subjacentes a estes estudos é, contudo, mais profunda do que suspeita o autor — e não é apenas sob a forma da "antropologia psicológica" que continuam a operar[28]. Quando, em seu último livro, Clifford Geertz (1995) sugere que as diferenças entre os "países" que estudou ao longo de sua carreira seriam parcialmente tradutíveis em distintos "estilos operísticos", podemos legitimamente indagar se estamos, de fato, muito longe das teorias do caráter nacional. Do mesmo modo, a macro-dicotomia entre o Ocidente individualista e o não-Ocidente holista, de Louis Dumont (1978), não parece muito longe, a não ser por sua magnitude, da distinção entre apolíneos e dionisíacos proposta por Benedict[29]. A diferença, é

27 Ver as sugestões de Michael Herzfeld (1993: 71-97) em relação à rentabilidade da análise da produção e reprodução de estereótipos nacionais no contexto de interações cotidianas. Por sua parte, Gérard Noiriel (1988: 69-123) tem demonstrado, por meio de uma fina análise histórica, as complexas articulações entre senso comum e saberes que subjazem à invenção dos estereótipos nacionais.

28 Em 1961, Hsu, referindo-se aos estudos de cultura e personalidade, propõe "novo título para nossa subdisciplina: *Antropologia Psicológica*" (Hsu 1972: 6-7). Essa tentativa de re-legitimação parece ter sido bem sucedida, se atentarmos para a enorme quantidade de trabalhos que se colocam sob esta rubrica e para o expressivo número de periódicos a ela dedicados parcial ou integralmente. Para uma reavaliação da teoria de cultura e personalidade, ver Shweder 1979.

29 Deste ponto de vista, é interessante observar que uma série de considerações de Benedict a respeito do contraste entre a cultura japonesa e a ocidental se aproximam substantivamente das colocações de Dumont: os sentimentos de dívida e dependência (capítulo 7), de honra e vergonha (capítulos 8 e 10), de autodisciplina e adaptação (capítulo 11), são globalmente

claro, reside no fato de que os modelos culturalistas se esforçam por articular os valores tidos por dominantes com seus modos de transmissão, fazendo do processo de socialização o solo mais concreto em que se enraizariam realidades que, caso contrário, podem aparecer como mais ou menos etéreas. Ao contrário, os autores mais contemporâneos (assim como os pensadores da cultura e da identidade nacional em geral) tendem a deixar implícitos uma série de pressupostos — que remetem, justamente, sem nomeá-los, para os modelos desenvolvidos no quadro da escola de cultura e personalidade e dos estudos de caráter nacional — sem os quais suas análises dificilmente fariam sentido. Sob essa estranha permanência, de que se trata, então?

Já em 1921, Marcel Mauss chamava a atenção para a estreita conexão entre a noção psicológica de caráter e a de nação:

> Um caráter é o conjunto integrado das diversas faculdades de um indivíduo, algumas mais ou menos sensíveis, outras mais ou menos intelectuais ou voluntárias [...]. Uma nação completa é uma sociedade suficientemente integrada, com um poder central em algum grau democrático, possuindo em todos os casos a noção de soberania nacional e dotada de fronteiras que, em geral, são as de uma raça, de uma civilização, de uma língua, de uma moral, em uma palavra, as fronteiras de um caráter nacional (Mauss 1969: 603-604).

Por sua vez, em um texto escrito originalmente em 1968, Norbert Elias (1989b:26-27) apontava para a afinidade entre a gênese dos estados nacionais e uma certa orientação intelectual "naciocêntrica" que teria sido responsável pela transposição, nas categorias das ciências sociais, dos ideais de "boa sociedade" próprios da sociedade nacional burguesa[30].

Nesse sentido, podemos pensar que a contribuição da antropologia para a constituição das sociedades nacionais não se limitou à "invenção da sociedade primitiva", da qual seriam um simples reflexo invertido (Kuper 1988). Os estudos sobre caráter nacional demonstram uma intervenção explícita do

---

opostos ao individualismo e à igualdade típicos da sociedade norte-americana: "defendemos a virtude da igualdade mesmo quando a desrespeitamos, ao mesmo tempo que combatemos a hierarquia com virtuosa indignação []. A desigualdade tem sido durante séculos a regra de sua vida organizada, justamente naqueles pontos onde é mais previsível e aceita. Conduta assente com hierarquia é tão natural para eles como respirar" (Benedict 1989: 45-47).

30 Segundo Elias, o modelo de realização desta orientação naciocêntrica na teoria sociológica seria o conceito de sistema social de Talcott Parsons (Elias 1968: 28).

pensamento antropológico na objetivação das realidades nacionais. Como já dissemos, existe uma estreita conexão entre os modelos nacionalistas e muitos daqueles acionados, advertida ou inadvertidamente, pelos cientistas sociais. De fato, tratar um conjunto humano qualquer como uma "sociedade" ou uma "cultura", claramente delimitável e relativamente fechado, portanto, equivale a encará-lo como uma nação. Mais do que isso, se o nacionalismo está de fato ligado ao individualismo possessivo, ao conceber a nação ao mesmo tempo como um indivíduo coletivo e como uma coleção de indivíduos[31], os estudos de cultura e personalidade e de caráter nacional — com sua tentativa de delimitar um padrão psicológico comum aos membros de uma sociedade que, simultaneamente, singularizaria esta sociedade frente a outras — são talvez um dos exemplos mais claros de naciocentrismo nas ciências sociais. Assim, só podemos concluir que a noção de caráter nacional só pôde ser aplicada às nações por ter sido engendrada a partir de um modelo que, transcendendo as "teorias" e fazendo parte de toda cultura nacional, trata qualquer sociedade ou cultura como se fosse uma sociedade ou uma cultura *nacional*, e as relações entre elas como relações *inter-nacionais.*

Uma vez reconhecida esta cumplicidade e os paradoxos que dela derivam para toda tentativa de compreensão, o que fazer? Aceitar que o "caráter" e o "nacional", bem como seu vínculo, existem de fato, prosseguindo, assim, o trabalho dos teóricos das décadas de 40 e 50? Ou recusar essa existência e essa vinculação, denunciando o viés ideológico e a pobreza teórica desse trabalho, e simplesmente abandonar a questão? De nosso ponto de vista, é necessário livrar-se dessas falsas alternativas: se o "caráter nacional" é o resultado de um processo de produção e objetivação envolvendo ao mesmo tempo relações sociais, estratégias políticas e discursos teóricos, isso não significa — bem ao contrário — que ele não seja nada. O que é necessário é mapear, em seus diversos focos de produção e propagação, os mecanismos de constituição e difusão das categorias relacionadas a essa noção, demonstrando como conceitos e realidades aparentemente evidentes, e mesmo as palavras e as coisas mais corriqueiras, adquirem, ao longo da história e no jogo social, a densidade que lhes é atribuída como uma segunda natureza.

Interrogando-se, há mais de vinte anos, sobre "a questão da história da filosofia hoje", François Châtelet (1976: 36) concluía que a referência aos

31 A nação, diz Handler em seu estudo sobre o Québec, é concebida "como uma coleção de indivíduos coletivos (1988: 179).

"autores do passado" só tem sentido e valor na medida em que sob toda "história" subjaz uma "geografia", ou seja, na medida em que idéias e práticas não nascem, crescem e morrem simplesmente: elas estão sempre "vivas" e "migram" incessantemente de um autor e de um sistema para outros. Investigar o "passado" é, desse modo, simultaneamente questionar o presente e esboçar o futuro (: 40). A história e, é claro, também a história da antropologia, ganham sentido na medida em que são situadas de forma explícita na contemporaneidade.

Certamente, o questionamento do estatuto das nações como objeto de análise está no centro de alguns debates antropológicos contemporâneos. Alguns tendem a atribuir a necessidade desse questionamento às propriedades de determinados objetos empíricos — aqueles ligados aos processos de desnacionalização, localização e transnacionalização da vida social e cultural — cuja existência substantiva, independente de qualquer representação teórica, é pensada como uma novidade histórica. Outros preferem apontar as limitações de modelos teóricos cuja gênese é vista como um reflexo do próprio mundo dos estados nacionais que esses modelos procuram representar. Para além dessas alternativas — a que atribui à história a responsabilidade pela constituição de novos objetos, e a que culpa a teoria pela incapacidade de perceber o desaparecimento dos antigos —, optamos por seguir a história da teoria como meio para indicar uma via mais compreensiva na formulação de uma reflexão sobre o estatuto das nações e das relações inter-nacionais como objeto de conhecimento antropológico.

As análises de caráter nacional revelam que qualquer representação de "realidades (culturas, identidades, sociedades, caracteres, estereótipos) nacionais" implica na formulação de enunciados dotados de algum grau de eficácia performativa: toda descrição que obtenha algum tipo de reconhecimento está destinada a fazer parte das realidades que descreve (Bourdieu 1981). E o mesmo parece ocorrer com noções muito mais contemporâneas: ao falarmos em modernidade, complexidade, identidade nacional, cultura nacional, internacionalização ou globalização, não corremos o risco de cair nos mesmos curto-circuitos analíticos dos estudos de caráter nacional, contribuindo para a existência daquilo que supostamente tomamos por puro objeto?

A fim de evitar soluções fáceis demais, é preciso também reconhecer que nenhuma dessas noções existe apenas no discurso acadêmico, estando presentes de uma forma ou de outra no senso comum e em discursos como o

jornalístico ou o político. Não se trata apenas, portanto, de noções e discursos, mas de objetos e práticas. O que remete de imediato a uma questão que, direta ou indiretamente, sempre assombrou o pensamento antropológico: o problema da aplicabilidade da antropologia e seus correlatos — os conhecidos dilemas ligados aos debates entre universalismo e particularismo, os recorrentes paradoxos do absolutismo e do relativismo. Tudo isso aponta na direção de uma congruência e de uma interpenetração maiores do que se imagina entre a antropologia e certas questões centrais das sociedades nas quais é produzida, mais especificamente, neste caso, na direção de uma nítida correspondência entre os modelos nacionalistas e os das ciências sociais. A recusa em explorar essas justaposições ameaça converter as teorias sociológicas e antropológicas em simples racionalizações de teorias nativas dominantes.

Assim, a crítica dos impasses a que pode conduzir o uso de noções como a de caráter nacional deve ir além de seu simples abandono ou da denúncia de seus atributos puramente imaginários e ideológicos. O exame do campo que envolve tais noções revela que os estudos de caráter nacional podem funcionar como um exemplo da possibilidade da antropologia lidar com temas centrais de nossa sociedade, evitando dois riscos simétricos: converter-se irrefletidamente em mais um foco de produção e difusão de representações coletivas, ou, sob o pretexto de permanecer livre de toda contaminação ideológica, perder o contato com as próprias representações que circulam nessa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, Roger. 1974. *Sociologia e Psicanálise.* São Paulo: Melhoramentos/EDUSP.

BATESON, Gregory. 1942. "Morale and National Character". In *Civilian Morale* (Watson Goodwin, org.). Nova Iorque e Boston: Houghton Mifflin. pp. 71-91.

BATESON, Gregory e Margaret MEAD. 1942. "Balinese Character: A photographic analysis". *Special Publications of the New York Academy of Sciences* II.

BENEDICT, Ruth. 1934. *Patterns of Culture.* Boston: Houghton Mifflin.

______. 1989 [1946]. *The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture.* Boston: Houghton Mifflin.

BENNETT, John W. e Michio NAGAI. 1953. The Japanese Critique of the Methodology of Benedict's 'Crysanthemum and the Sword'. *American Anthropologist* 55: 404-11.

BOAS, Franz. 1966 [1932]. "The Aims of Anthropological Research". In *Race, Language and Culture*. Nova Iorque: The Free Press. pp. 243-59.

BOURDIEU, Pierre. 1981. Décrire et Prescrire: les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 38: 69-74.

CHÂTELET, François. 1976. "La Question de l'Histoire de la Philosophie Aujourd'hui". In *Politiques de la Philosophie* (Dominique Grisoni, org.). Paris: Bernard Grasset. pp. 29-53.

DARNELL, Regna. 1986. "Personality and Culture: The fate of the Sapirian alternative". In *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on culture and personality* (George Stocking Jr., org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 156-83.

DUMONT, Louis. 1978 [1966]. *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard.

ELIAS, Norbert. 1989a [1939]. *El Proceso de la Civilización: Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

______. 1989b [1968]. "Introducción". *El Proceso de la Civilización: Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. pp. 9-46.

______. 1996. *The Germans: Power struggles and the development of habitus in nineteenth and twentieth centuries*. Nova Iorque: Columbia University Press.

GEERTZ, Clifford. 1995. *After the Fact: Two countries, four decades, one anthropologist*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

GORER, Geoffrey. 1943. Themes in Japanese Culture. *Transactions of the New York Academy of Sciences* 2(5): 106-24.

______. 1948. *The American People*. Nova Iorque: Norton.

______. 1953. "National Character: Theory and Practice". In *The Study of Culture at a Distance* (Margaret Mead e Rhoda Métraux, orgs.). Chicago: Chicago University Press. pp. 7-83.

______. 1955. *Exploring English Character*. Londres: The Cresset Press.

GULICK, John. 1973. "Urban Anthropology". In *Handbook of Social and Cultural Anthropology* (John J. Honigmann, org.). Chicago: Rand McNally Colegge Publishing Co. pp. 979-1029.

HANDLER, Richard. 1986. "Vigorous Male and Aspiring Female: Poetry, personality, and culture in Edward Sapir and Ruth Benedict". In *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on culture and personality* (George W. Stocking Jr., org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 127-55.

______. 1988. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: The University of Wisconsin Press.

______. 1989. Anti-Romantic Romanticism: Edward Sapir and the critique of American individualism. *Anthropological Quarterly* 62(1): 1-14.

HARRIS, Marvin. 1968. *The Rise of Anthropological Theory*. Nova Iorque: Crowell.

HERSKOVITS, Melville J. 1941. *The Myth of the Negro Past*. Nova Iorque: Harper and Row.

______. 1948. *Man and his Works*. Nova Iorque: Knopf.

HERZFELD, Michael H. 1993. *The Social Production of Indifference: Exploring the symbolic roots of western bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press.

HSU, Francis L. K. 1972. "Introduction: Psychological anthropology in the behavioral sciences". In *Psychological Anthropology* (Francis L. K. Hsu, org.). Cambridge: Schenkman. pp. 1-15.

INKELES, Alex. 1972 [1961]. "National Character and Modern political Systems". In *Psychological Anthropology* (Francis L. K. Hsu, org.). Cambridge: Schenkman. pp. 201-40.

JACKSON, Walter. 1986. "Melville Herskovits and the Search for Afro-American Culture". In *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on culture and personality* (George W. Stocking Jr., org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 95-126.

KAPLAN, David e Robert A. MANNERS. 1972. *Culture Theory*. Nova Jersey: Prentice Hall.

KARDINER, Abram. 1939. *The Individual and his Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.

KARDINER, Abram e E. PREBLE. 1961. *They Studied Man*. Cleveland: World Publishing Co.

KLUKHOHN, Clyde. 1949. *Mirror for Man*. Nova Iorque: McGraw-Hill.

KUPER, Adam. 1988. *The Invention of Primitive Society: Transformations of an illusion*. Londres: Routledge.

LEITE, Dante Moreira. 1969 [1954]. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira.

LINDESMITH, Alfred R. e Anselm L. STRAUSS. 1950. A Critique of Culture and Personality Writings. *American Journal Review* 15: 587-600.

LINTON, Ralph. 1936. *The Study of Man*. Nova Iorque: Appleton-Century.

LOWIE, Robert H. 1980 [1945]. *The German People: A social portrait to 1914*. Nova Iorque: Octagon Books.

MANSON, William C. 1986. "Abram Kardiner and the Neo-Freudian Alternative to Culture and Personality". In *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on culture and personality* (George W. Stocking Jr., org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 72-126

MARCUS, George E. e M. J. FISCHER. 1986. *Anthropology as Cultural Critique: An experimental moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press.

MAUSS, Marcel. 1969 [1921]. "La Nation". In *uvres*, III. Paris: Minuit. pp. 571-625.

MEAD, Margaret. 1953. "The Study of Culture at a Distance". In *The Study of Culture at a Distance* (Margaret Mead e Rhoda Métraux, orgs.). Chicago: University Press. pp. 3-53.

______. 1962 [1953]. "National Character". In *Anthropology Today: Selections* (Sol Tax, org.). Chicago: Chicago University Press. pp. 396-421

______. 1965 [1942]. *And Keep Your Powder Dry: An anthropologist looks at America*. Nova Iorque: Morrow Quill.

______. 1969 [1928]. *Coming of Age in Samoa*. Harmondsworth: Penguin.

______. 1978. "End Linkage: A tool for cross-cultural analysis". In *About Bateson* (John Brockman, org.). Londres: Wildwood Home. pp. 169-231.

MEAD, Margaret e Rhoda MÉTRAUX (orgs.). 1953. *The Study of Culture at a Distance*. Chicago: Chicago University Press.

NOIRIEL, Gérard. 1988. *Le Creuset Français: Histoire de l'immigration XIX^e-XX^e siècles* . Paris: Éditions du Seuil.

PARTRIDGE, William L. e Elizabeth M. EDDY. 1978. "The Development of Applied Anthropology in America". In *Applied Anthropology in America* (William L. Partridge e Elizabeth M. Eddy, orgs.). Nova Iorque: Columbia University Press. pp. 3-45.

POLLAK, Michael. 1979. Paul F. Lazarfeld Foundateur d'une Multinationale Scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 25: 45-59.

SAPIR, Edward. 1985a [1924]. "Culture, Genuine and Spurious". In *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality* (David G. Mandelbaum, org.). Berkeley: University of California Press, 1985. pp. 308-31.

______. 1985b [1934]. "The Emergence of the Concept of Personality in a Study of Cultures". In *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality* (David G. Mandelbaum, org.). Berkeley: University of California Press, 1985. pp. 590-597.

SCHNEIDER, David M. e Richard HANDLER. 1995. *Schneider on Schneider: The conversion of the Jews and other anthropological stories*. Duke: Duke University Press.

SHWEDER, Richard A. 1979. Rethinking Culture and Personality. *Ethos* 7(3-4): 255-311.

SPINDLER, George D. e Louise SPINDLER. 1983. Anthropologists View American Culture. *Annual Review of Anthropology* 12: 49-78.

STARN, Orin. 1986. Engineering Internment: Anthropologists and the War Relocation Authority. *American Ethnologist* 13(4): 700-20.

STOCKING, George W., Jr. 1968. *Race, Culture and Evolution: Essays in the history of anthropology*. Nova Iorque: Free Press.

______. 1976. "Ideas and Institutions in American Anthropology: Thoughts toward a history of the interwar period". In *Selected Papers from the American Anthropologist, II* (George W. Stocking Jr., org.). Washington: American Anthropological Association. pp. 1-44.

______. 1986. "Essays on Culture and Personality". In *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on culture and personality* (George W. Stocking Jr., org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 3-12.

STOETZEL, Jean. 1955 [1954]. *Without the Crysanthemum and the Sword: A study of youth in post-war Japan.* Nova Iorque: Columbia University Press.

SUZUKI, Peter T. 1980. A Retrospective Analysis of Wartime 'National Character' Study. *Dialectical Anthropology* 5(1): 33-46.

______. 1981. Anthropologists in the Wartime Camps for Japanese Americans: A documentary study. *Dialectical Anthropology* 6(1): 23-60.

YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. 1986. "Science, Democracy, and Ethos: Mobilizing culture and personality for World War II". In *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on culture and personality (George W. Stocking Jr., org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 184-217.*